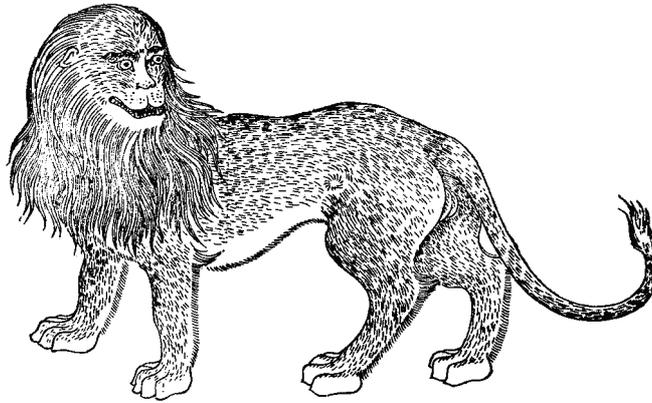


Compromissos e Subserviência

Relações de Macau com a China (Segunda Metade do Século XVII)

ANABELA NUNES MONTEIRO*



Xilogravura do leão oferecido a Kangxi, incluída no panfleto de Luís Buglio, *Shizi Shuo*.

A presença portuguesa nos mares do Sul da China e no Sudeste Asiático insere-se em três grandes áreas de actuação: a primeira, como cidade administrada por portugueses em território chinês e, como tal, profundamente influenciada pelos acontecimentos político-económicos mais determinantes que foram acontecendo naquele país. Segundo, como cidade comercial inserida no contexto mercantil do Sudeste Asiático representando o papel de intermediária entre o Império do Meio e os países circundantes, assumindo algumas das rotas pré-existentes entre as diversas regiões dessa área do globo e estabelecendo contactos com povos de diversas culturas. Por último, como estabelecimento português, constituído na sua maioria por “soldados da fortuna”, o mais longínquo da terra-mãe, localizado numa zona de fronteira onde dificilmente o controlo da Coroa portuguesa, através do seu vice-reinado de Goa, se poderia fazer sentir.

* Professora do Ensino Secundário em Coimbra, é Mestre em 'Estudos Portugueses' pela Universidade de Macau. Autora de diversos trabalhos de investigação histórica, prepara actualmente uma dissertação de doutoramento sobre a presença portuguesa no Mar do Sul da China no século XVII.

Secondary school teacher in Coimbra. MA in Portuguese Studies from the University of Macao. Author of various historical research studies, currently writing her Ph.D on the Portuguese in the South China Sea in the 17th century.

Assim, desde o seu início, a comunidade lusa ali estabelecida procurou gerir os seus interesses imediatos de acordo com as variáveis que constantemente se cruzavam à sua frente. Numa fase inicial, o interesse do estabelecimento era o comércio, que se revelou de grande importância económica dentro do contexto do império marítimo português. O mesmo destacava-se não apenas para os mercadores lusos, principais agentes humanos no terreno que, de certa forma, lutavam pela sobrevivência ou pelo desejo de enriquecer, mas igualmente como praça estratégica para a nação portuguesa no Extremo Oriente.

Se num primeiro período do estabelecimento a época foi de prosperidade acompanhada de um crescente enraizamento das instituições portuguesas no Sudeste Asiático, sensivelmente a partir da década de trinta do século XVII a situação passou a ser alvo de constantes reordenamentos e redefinições de estratégias por parte dos poderes locais e centrais. Deixou de ser possível contar com Macau como centro nevrálgico do comércio da seda – prata com o Japão, pelos constantes entraves erguidos pelo dáimios japoneses, saturados da entrada constante de missionários europeus que, ao pregarem a nova religião, entravam em choque com a organização e cultura nipónicas. Tal veio a concretizar-se em 1640 com a expulsão definitiva

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

da gente lusa do país. Um ano depois, os holandeses conseguiram levar a cabo, em Malaca, o que tinham falhado em 1622 em Macau: a sua conquista. Sedeados nessa cidade, que funcionava como uma placa giratória entre a Índia e golfo de Bengala e o Sudeste Asiático, adquiriram um porto estratégico para o comércio das especiarias, pondo em risco a continuação portuguesa naquelas latitudes.

Paralelamente a esses acontecimentos, outros iam tendo lugar dentro da própria China que estendiam as suas repercussões sobre a cidade lusa. Entre 1628 e 1647, dois bandos de rebeldes, liderados por Chang Xianzhong e Li Zicheng, puseram parte do país em tumulto e insegurança. Para agravar a situação, os tártaros manchus faziam constantes investidas para dentro da Grande Muralha¹. Já em 1635, o líder dos manchus, Abahai, descendente de uma família que desde cedo lutou contra os Ming, autoproclamou-se imperador. Em 1640, as suas forças atacaram Jinshu, ao Norte da China, e os Ming não foram capazes de deter o ímpeto atacante. Três anos depois da conquista da referida cidade Abahai morreu, deixando o seu filho herdeiro, Fulin, de menoridade. Um dos regentes, face à ainda poderosa força Ming e aos tumultos existentes no país, entrou em contacto com um dos referidos rebeldes. Li Zicheng entrou em Pequim em 1644 provocando o suicídio do último imperador Ming².

Um dos grandes defensores da dinastia reinante era o general Wu Sangui³ que, em situação de desespero⁴, pediu auxílio aos manchus para combater o invasor que tinha posto em risco a dinastia reinante. Estes responderam ao apelo, entrando na capital em 6 de Junho de 1644, provocando a fuga ou afastamento de Li Zicheng, que acabou por morrer no ano seguinte às mãos dos camponeses da província de Hubei, quando fazia uma investida para arranjar mantimentos⁵.

Ainda em Outubro de 1644, quando os manchus responderam à solicitação de Pequim, a corte Qing mudou-se para a capital e tomou as rédeas do poder, tendo Fulin assumido, de facto, o difícil papel de primeiro imperador da nova dinastia, adoptando o nome de Shunzhi.

Embora parte do território chinês, incluindo Pequim, estivesse já controlada pelos tártaros, a zona do Sul ainda continha muitas regiões leais à dinastia deposta. Esta, para responder à invasão Qing, deu o título de imperador ao príncipe Fu na cidade de Nanquim, que era uma região de apoio nacionalista

incondicional. Outro grupo leal à dinastia Ming proclamou imperador na cidade de Fuzhou outro nobre, o príncipe Tang, parente do primeiro⁶.

Para além destes dois, apareceu em Cantão um terceiro candidato, o irmão do imperador de Fuzhou. No entanto, a sua governação foi a mais efémera, porque durou apenas 40 dias⁷. O quarto elemento que surgiu em cena como candidato ao trono Ming foi o príncipe Gui, chamado Zhu Youlang, mas conhecido por Yongli⁸. Com residência em Guangdong a partir de 1646, conseguiu apoderar-se de sete províncias.

Ao crescente aproximar do conflito, a elite residente em Macau foi respondendo por acções directas no sentido de evitar confrontos com o poder mandarínico estabelecido. Interessava não perder o direito ao estabelecimento, direito reconhecido implicitamente pelo poder local chinês, e continuar a desempenhar o papel de intermediário comercial entre a província de Guangdong e o Sudeste Asiático. Assim, numa manobra político-militar⁹, enviou soldados e canhões em 1621 e 1646. Dois anos depois do último apoio português, elementos da família de Yongli converteram-se ao Cristianismo reforçando a convicção portuguesa que valia a pena cooperar na resolução do conflito interno da China¹⁰. O facto prendia-se ao desejo jesuíta da conversão da China, na esteira do trabalho realizado por Matteo Ricci. Os missionários dessa ordem ocupavam já lugares de destaque na corte imperial devido aos seus conhecimentos de Matemática e Astronomia, muito pretendidos pela elite letrada.

E a atitude teve resultados teóricos para a comunidade mercantil de Macau, pois, em Junho de 1647, o vice-rei de Guangdong, Tong Yangjia, não por agradecimento mas por conveniência, pediu ao novo imperador que abrisse Cantão ao comércio com os portugueses de forma a aumentar as receitas militares. A ideia e o pedido vinham no seguimento das dificuldades financeiras com que a província se debatia, pois era preferível a abertura do comércio a sobrecarregá-la com impostos adicionais¹¹. Estes grupos de apoio à dinastia Ming primavam pela falta de entendimento político entre si, dando origem ao aparecimento e desaparecimento de “imperadores”, provocando uma total desestabilização nesta zona da China¹².

Em relação a Macau, a situação agravou-se definitivamente em 1650 quando Cantão foi tomada pelos exércitos tártaros, após um cerco que durou nove

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

meses e no qual pereceram cerca de 100 000 pessoas¹³. Macau, que apoiara militarmente as forças Ming, escapou de qualquer acção vingativa dos novos senhores da China. As explicações para este facto são insuficientes: localidade demasiado pequena e insignificante para ser alvo de preocupações e de atenção dos novos mandarins chineses ou o prestígio dos padres jesuítas na corte imperial que veio em socorro da cidade portuguesa, ou, ainda, o desejo chinês da abertura ao comércio estrangeiro, através de Cantão¹⁴?

Apesar da comunidade lusa aparentemente poder estar descansada, cerca de 10 anos depois a situação voltou a estar crítica para a continuação do estabelecimento com o aparecimento de um apoiante da dinastia Ming, Zheng Chenggong, que, pela sua força e intervenção na história da época e pelas consequências para Macau, se destacou dos outros. O seu objectivo ou o da sua família não era o trono imperial, mas apenas o apoio a um dos “imperadores” Ming do Sul. O homem ficou conhecido por Coxinga¹⁵, sendo filho de Zheng Zhilong, um chinês que viveu em Macau, e de uma japonesa da família Tagawa. O pai era dono de uma taberna na praça portuguesa, tendo-se convertido ao Cristianismo com o nome de Gaspar Nicolau¹⁶. Com o decorrer do tempo revelou-se um sério apoiante do príncipe Tang, desencadeando actos de pirataria contra as forças Qing¹⁷. Todo o seu poder e zona de acção foram no mar, até à sua captura e ida para Pequim, onde acabou por ser executado.

Coxinga tornou-se um aliado de peso para Tang e em especial para a dinastia deposta. O príncipe tratou-o como seu familiar, homenageando-o com vários títulos. Quando a ameaça Qing se tornou mais forte, o pirata atacou Amoy e Quemoy¹⁸, subtraindo estas duas importantes zonas comerciais, principalmente a primeira, à influência tártara. Nessa fase dos acontecimentos, o pirata-herói declarou o seu apoio ao príncipe Gui. Em 1655, conseguia dominar um autêntico exército naval com um efectivo entre os 100 000 a 170 000 homens¹⁹, constituindo uma ameaça muito séria para a estabilidade da zona e, principalmente, para a continuação da ainda frágil e jovem dinastia Qing.

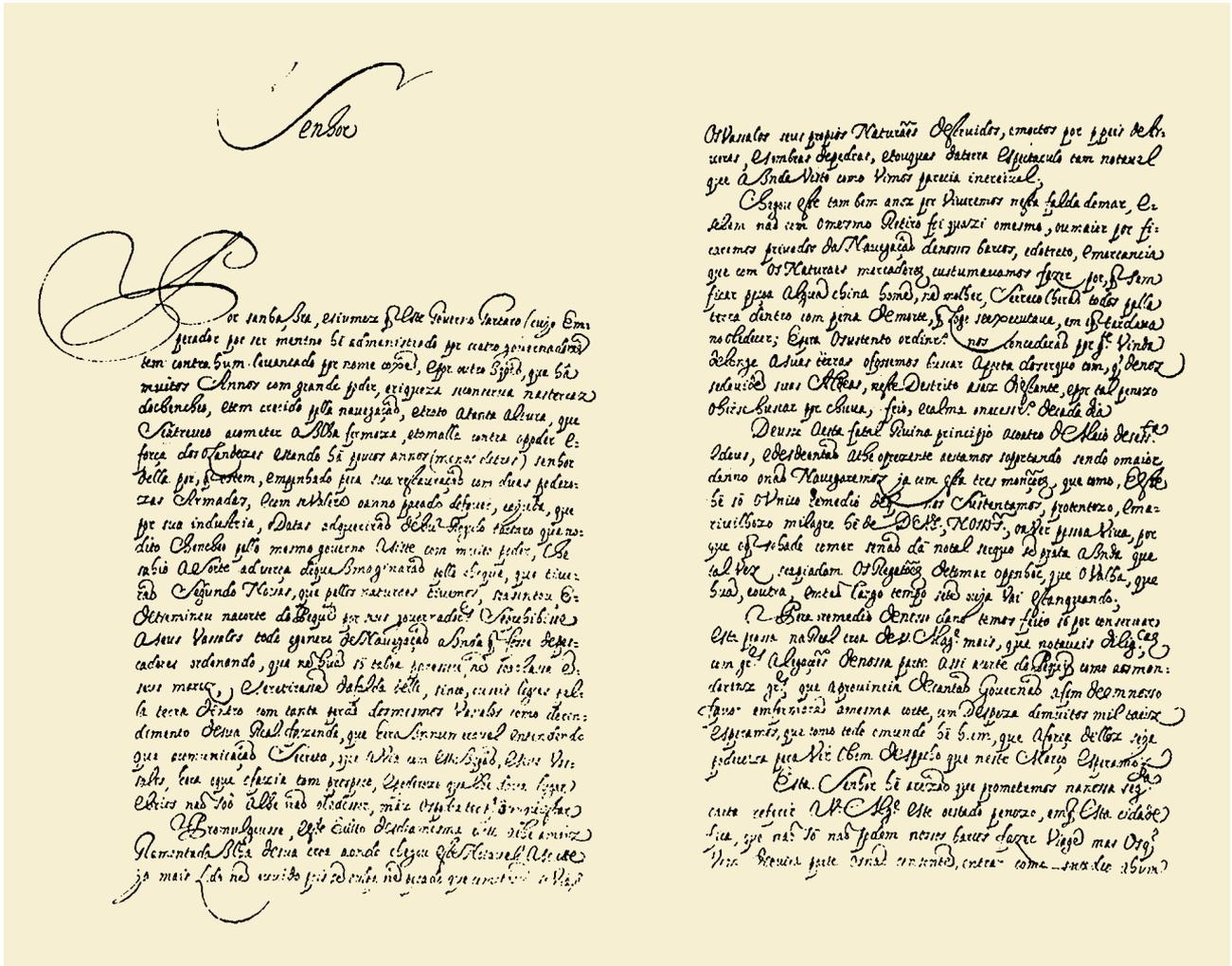
Coxinga socorria-se do comércio com o estrangeiro, recrutando novos elementos nas zonas costeiras. A sua actividade nas zonas litorais devia-se à

necessidade de sustentar a sua armada e providenciar receitas através do comércio. A sua primeira grande derrota deu-se quando atacou Nanquim, contra a opinião dos seus conselheiros, com cerca de 1000 navios e 50 000 homens²⁰. Neste falhanço bélico perdeu aproximadamente 500 navios. A partir daí, necessitando de um local para apoio e aquartelamento conjugou esforços contra a ilha Formosa, que se encontrava debaixo da tutela dos holandeses. Em 1661, desencadeou um ataque contra esse reduto europeu, derrotando o governante Frederick Coyett²¹.

Face ao incrível poder militar do pirata, o imperador²² foi responder, não pela força das armas, mas pela astúcia. Como o grande suporte financeiro desse partidário Ming era o comércio, resolveu aceitar a sugestão de Huang Wu²³ em fazer recuar em cinco províncias do Sul da China – Shandong, Jiangxi, Zhejiang, Fujian e Guangdong – todas as cidades e vilas da zona costeira, numa distância de quatro léguas²⁴.

A ordem não só afectou as populações marítimas destas províncias como também trouxe um enorme prejuízo financeiro às autoridades chinesas em geral e ao próprio imperador em particular. As perdas, segundo Lach²⁵, ascenderam a cerca de quatro milhões de ouro por ano. A proibição de navegação e do comércio em Macau contribuiu também para a diminuição acentuada dos réditos imperiais, em virtude da falta de cobrança das taxas aplicadas aos navios e às suas cargas. Este assunto preocupou o governador Wang Lairen e o vice-rei Zhou Yude, de Guangdong, que, numa época posterior, enviaram um memorial ao imperador pedindo a reabertura do comércio, única fonte de rendimento dos “bárbaros do sul”²⁶. Wang Lairen fundamentava a sua opinião dizendo que se as pessoas que tinham sido atingidas pelo decreto continuassem sem ocupações, rapidamente a inactividade poderia originar o banditismo²⁷, enquanto, por outro lado, já não havia pirataria que justificasse a continuação da aplicação do decreto imperial. Esta noção da importância do comércio no delta do rio da Pérola esteve sempre presente entre as autoridades chinesas, pois já em 1613 o censor Guo Shangbin, num memorial, tinha referido a importância do comércio de Macau²⁸, voltando a afirmá-la em Junho de 1647²⁹. Os lucros auferidos serviam para vários fins como a administração da zona e o reforço das actividades militares³⁰.

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I



Carta do Leal Senado para o rei de Portugal de 17 de Dezembro de 1664.

O decreto chegou a Macau, proibindo toda e qualquer actividade mercantil nesta zona, assim como a exigência de recuo da cidade. Com esta ordem, a cidade deixaria de existir e de se justificar a presença portuguesa no Sul da China. Um grave problema surgiu então para os comerciantes portugueses e cidadãos em geral. Como sobreviver, se a principal e única fonte de rendimentos era o negócio, agora bastante pobre em comparação com aquele que se realizara décadas antes? Várias hipóteses foram alvitradas:

Primeiro, abandonar a terra e partir para outro porto da Ásia, onde seriam bem recebidos. No entanto, a proposta acarretava o abandono de uma localidade já considerada cristã e, como tal, a forte possibilidade de perda da evangelização já existente.

Segundo, cumprir o decreto do imperador e deslocarem-se para o interior da China. A esta hipótese opunha-se a forma de subsistir dos portugueses: o comércio. Longe do mar, tal revelava-se impossível.

Terceiro, não abandonar Macau e não cumprir a ordem imperial, ainda que isso acarretasse a oposição chinesa, traduzida pela agressão.

A primeira e segunda hipótese levavam a outro problema: a presença dos holandeses na zona. Ávidos de apanhar o comércio português, protestantes de religião e, por conseguinte, não estando obrigados a evangelizar populações pagãs, teriam sérias hipóteses de serem bem aceites nos mercados chineses, principalmente de Cantão. Se isso viesse a acontecer,

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

Mas quem era essa elite que tão diligentemente se empenhava na continuação de Macau? Falar desta elite é falar de homens, alguns reinóis e a maioria mestiços, estes últimos provavelmente sem grande sentido da localização geográfica de Portugal ou até de hábitos e costumes lusos, cujos nomes constam das actas de reuniões de homens-bons do Leal Senado, organismo oficial que governava a cidade, estabelecendo relações de convívio tácitas com os mandarins chineses. Os citados definiam regras de organização e convivência dentro da cidade, estabelecendo contacto com os países vizinhos e defendendo os baluartes da missão cristã nas terras do Extremo Oriente. Assim estabeleceram entre si uma norma de conduta singular. Enquanto que, muitas vezes, se digladiavam mutuamente, por causa de interesses particulares que queriam salvar para si e para os seus, face a um inimigo ou perigo comum, a comunidade reagia como um todo. As tentativas de resgate, quando um dos seus membros era preso ou era vítima de chantagem por parte dos mandarins, recebiam sempre uma resposta pronta da comunidade. A consciência que o próprio grupo social constituía a sua única defesa em terras tão distantes era algo perfeitamente compreendido e aceite.

Não existem muitos documentos que nos possibilitem adquirir uma visão fiel, ou até aproximada, de como seriam as vivências sociais do quotidiano, no emaranhado complexo das relações humanas. Do pouco que ficou escrito e que subsiste resta a possibilidade de construir um quadro com a imagem histórica possível, nos seus múltiplos aspectos. Os testemunhos, significativos na primeira metade do século, escasseiam nos primeiros 20 anos da segunda metade. No entanto, são em número razoável nos anos seguintes, escritos pela edilidade ou pelos missionários, fornecendo uma visão limitativa, muitas vezes tendenciosa, mas suficientemente clara para justificar uma abordagem.

O Leal Senado, entre 1648 e 1664, escreveu por diversas vezes para Goa pedindo ajuda e descrevendo o estado de desespero em que a cidade se encontrava³³. Existe uma carta datada de 17 de Dezembro de 1664, que é um pedido específico de socorro, pois a cidade estava a ser desmantelada pelos tártaros e os seus moradores retirados para o interior da China³⁴. A missiva refere concretamente que o socorro de “cabedais para sustento”, trazido por Simão

Gomes da Silva, não era passível de pagamento, porque não existia nada com que se pudesse pagar. Nessa mesma data, dois anos após a aplicação do decreto imperial, em desespero de causa decidiu o Leal Senado enviar uma petição ao vice-rei da Índia³⁵, levada a Goa pelo padre André Gomes³⁶, na qualidade de procurador de Macau³⁷. Nesta missiva, falavam da importância da praça para Portugal, das diversas proibições impostas à cidade pelos tártaros e como se sentiam enganados por estes, pedindo uma embaixada de desagravo ao imperador da China. O vice-rei da Índia, conde de S. Vicente, João Nunes da Cunha, apoiou a ideia levado pela situação em que Macau se encontrava. Mas apenas quatro anos depois a incumbência foi atribuída a Manuel de Saldanha³⁸.

Um bom exemplo da exploração mandarínica sobre Macau foi o evento descrito pelo padre Luís da Gama³⁹. Em Novembro de 1665 os mandarins de Cantão deslocaram-se à cidade para propor um negócio no sentido da cidade pagar cerca de 150 000 taéis para obter a liberdade de navegação e comércio. Entre propostas e contrapropostas, a edilidade acedeu em adiantar 30 000 para pagamento de subornos a vários mandarins de Cantão e Pequim. Não conseguindo essa verba em virtude de ser alta de mais para uma localidade sem dinheiro, enviaram cerca de 12 000 a 15 000 taéis em mercadorias. Como de vezes anteriores, as promessas ficaram por cumprir e na vez seguinte que as referidas autoridades apareceram pela cidade, em Março de 1666, foi para exigirem o afastamento dos navios da elite macaense. Estes foram levados para a enseada de *André Feio*⁴⁰ e aí ficaram.

Entre Março e Novembro a pressão foi terrível para a comunidade de Macau. As tentativas de extorsão não paravam, acompanhadas de boatos da vinda de soldados chineses para atacarem a cidade e destruírem os navios. Por decisão dos homens-bons da cidade reunidos em sessão alargada foram queimados os navios pelos próprios elementos da comunidade. A acção foi realizada na noite de 14 para 15 de Novembro, para pouco tempo depois receberem uma mensagem da parte do vice-rei de Cantão onde dizia que não tinha dado ordens para tal acontecer. A cidade estava sem meios de subsistência e praticamente isolada de socorro, estando a sua comunidade, que se considerava portuguesa, entregue a si própria.

O tipo de relações que a elite de Macau conseguiu estabelecer com as autoridades chinesas dependia do

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

Anónimo, Planta de Macau. In Atlas - Miscelânea de Manuel Godinho de Erédia, c. 1615-1622. Reproduzida de A. Cortesão e A. Teixeira da Mota, *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.



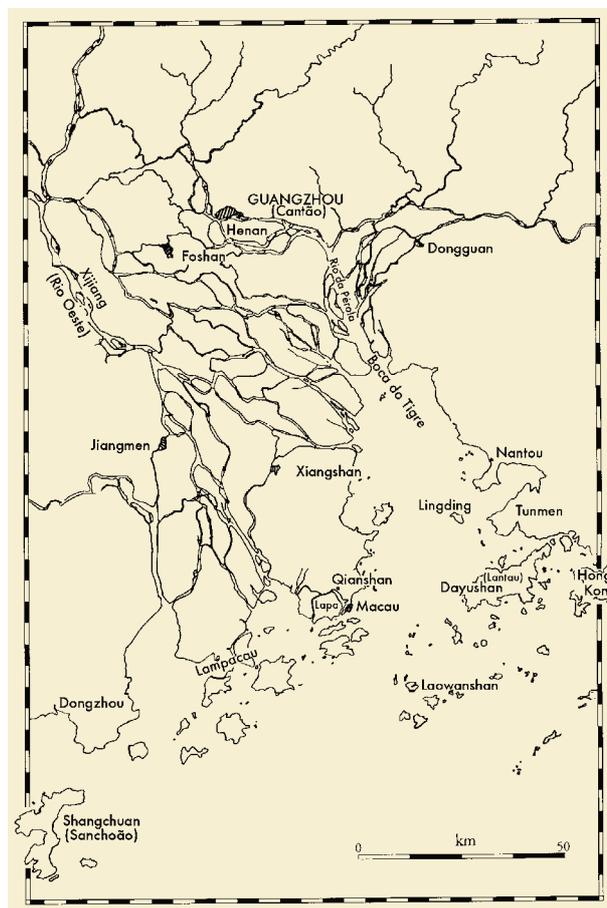
ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

grau de informação de que os portugueses dispunham da cultura de um povo tão diferente, como também das relações de cordialidade/subserviência que conseguiam constituir. Devido à complexidade da situação, a comunidade lusa socorria-se de intérpretes e apoio de comerciantes chineses a residir na cidade e fora dela, bem como do precioso auxílio dos padres jesuítas na corte de Pequim, para além da, obviamente, entrega de pagamentos aos mandarins da Casa Branca ou ao vice-rei de Cantão.

Com muita frequência as actas do Senado, que chegaram até aos nossos dias, identificam os mercadores portugueses como fazendo parte do pessoal do Senado, o que é compreensível, dado o afastamento de Goa e a necessidade de se organizarem para garantirem um sistema que lhes possibilitasse a sua sobrevivência. O facto de habitarem uma zona de fronteira e da própria comunidade ser constituída na sua maioria por aventureiros com dificuldades em aceitar regras de carácter jurídico e social deu grande força à Igreja e aos missionários que eram vistos como elementos da ordem e boa convivência sempre que necessário.

Quando a embaixada de Saldanha partiu para Cantão com a incumbência de conseguir a reabertura do comércio e da navegação, a situação em Pequim encontrava-se em processo de mudança. Em 1669, Coxinga foi expulso de Amoy e Quemoy e acabou por se retirar da Formosa. Segundo a perspectiva chinesa, a pirataria organizada nos mares do Sul da China tinha diminuído significativamente, assim como já não era desejável para as autoridades de Guangdong a imposição de deslocar as pessoas para o interior. Quando o imperador recebeu essas informações, mandou um comissário a esta província do Sul para investigar a situação, com poderes para autorizar os desalojados a regressar às suas terras de origem.

A citada deslocação diplomática caracterizou-se por reveses constantes. As autoridades mandarínicas suspeitaram que a mesma tinha sido organizada em Macau e que, por isso, constituía uma fraude destinada a proteger os interesses da elite, sem qualquer tipo de importância para a corte imperial chinesa. Assim, obrigaram os seus membros a permanecerem cerca de dois anos em Cantão, até receberem indicações de seguirem para Pequim. A almejada autorização teve lugar devido às influências



Região de Cantão. Adaptado de Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*.

exercidas na capital pelos missionários jesuítas residentes na corte. No entanto, não logrou alcançar qualquer feito diplomático que revertesse a favor da comunidade localizada a sul, pois os jesuítas não concordaram que o memorial relativo à situação caótica da cidade fosse entregue ao imperador. Como a embaixada tinha entrado na qualidade de tributária, seria muito estranho a entrega de uma queixa, seguida de um pedido que dizia respeito a uma comunidade de estrangeiros residente em Macau.

Entre os membros do séquito diplomático encontrava-se Bento Pereira de Faria, secretário da embaixada, como observador da comunidade mercantil de Macau. Ele foi, sem dúvida, o principal obreiro da tentativa de entrega de um relatório onde, de forma retrospectiva, era exposta a situação de Macau, mostrando-se a sua gravidade para os seus habitantes, que viviam exclusivamente do comércio: com os mares fechados à navegação e principalmente ao comércio, a

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

cidade estava condenada a morrer e desaparecer. Na óptica dos defensores deste ponto de vista, a embaixada tinha sido enviada exclusivamente para este fim e não entregar o memorial implicava a viagem ter sido feita em vão, para além de Macau ter assumido compromissos financeiros incomportáveis; assim, tudo continuaria na mesma, ou seja, com o caminho aberto para o desaparecimento da presença portuguesa naquelas remotas partes.

A esta perspectiva opunham-se, determinantemente, os jesuítas da corte. Diziam estes que a embaixada tinha entrado em Pequim com um propósito diplomático e que seria contraproducente estar a demonstrar que outros motivos, bem mais materiais, eram o seu verdadeiro objectivo. A posição dos missionários foi prontamente apoiada por Manuel de Saldanha, homem que não pertencia a Macau e muito menos à elite de mercadores que circulava pelo Sudeste Asiático. A sua atitude, contrária aos interesses da elite mercantil da cidade, pautou-se pela recusa em satisfazer os desejos desta.

Para além do invocado, os missionários reforçavam a não entrega do já citado memorial pelo ao facto deste conter feitos de guerra, mostrando serem os portugueses bons militares. A informação poderia ser contraproducente dado que os holandeses quando pretenderam duas feitorias⁴¹, uma em Nanquim e outra em Fujian, obtiveram autorização, com a condição de apoiar militarmente as forças Qing a expulsar os partidários da deposta dinastia Ming das ilhas da província do Fujian (entre 1662 e 1668⁴²). Os holandeses, comandados pelo almirante Bathasar Bort, desejosos de cair nas boas graças do mandarinato, resolveram demonstrar todo o seu nível bélico e, apesar de terem perdido três naus, conseguiram expulsar os referidos opositores. Contudo, a sua atitude militar ergueu suspeitas entre os tártaros que os avaliaram como gente perigosa para o império chinês. Foram expulsos e as suas feitorias recusadas. Segundo a missão jesuíta, o exemplo era por demais significativo para ser subestimado. A embaixada corria um sério risco de lhe acontecer o mesmo se as autoridades chinesas se sentissem ludibriadas.

Segundo documentação coeva os jesuítas tinham a informação segura de que o mar não seria aberto até toda a ameaça representada pela família de Coxinga estar definitivamente ultrapassada. A notícia tinha sido dada por Ge Lao, mandarim de primeiro grau e

conselheiro supremo do imperador⁴³, grande amigo dos citados missionários em Pequim. Luís da Gama⁴⁴, Manuel dos Reis⁴⁵ e Gabriel de Magalhães pronunciaram-se também contra a entrega do memorial deixando bem claro, junto do embaixador, que outro grande perigo era a potencial perseguição dos jesuítas, na corte e fora dela, pondo em causa todo o trabalho realizado durante décadas. Com efeito, foram os padres residentes na corte que, em Pequim, convenceram as autoridades a aceitar a legitimidade da embaixada portuguesa.

De acordo com o Pe. Francisco Pimentel, capelão da embaixada e uma das melhores fontes da mesma, Bento Pereira de Faria não se lembrava de como os padres da Companhia de Jesus tinham conseguido, em 1666, evitar que a cidade fosse removida para Cantão, depois de ter sido intimada por duas vezes nesse sentido. Como atrás ficou dito, a intimação tinha chegado em 1662 e, em consequência, as autoridades portuguesas tentaram por todos os meios ao seu alcance evitar o cumprimento da chapa sínica. A informação dada por Pimentel suscita dúvidas sobre o que teria pesado em favor dos portugueses: se o prestígio dos jesuítas junto do imperador em Pequim ou se os enormes saguates que Macau estava constantemente a pagar às autoridades provinciais de Cantão para permitir a continuação da cidade, de forma mais ou menos camuflada.

*A elite residente em Macau
foi respondendo por acções
directas no sentido de evitar
confrontos com o poder
mandarínico estabelecido.*

No conflito com Bento Pereira de Faria salientam-se dois pontos de vista diferentes: por um lado, temos a defesa de um propósito diplomático, o qual, acreditavam os jesuítas, traria benesses a Portugal e a Macau, salvaguardando também os seus próprios interesses religiosos. Por outro, temos a defesa de um propósito comercial e de sobrevivência de uma cidade mercantil sem grandes hipóteses de futuro, no qual se

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

empenhavam activamente os que ali viviam e ali tinham criado raízes familiares e sentimentais.

A questão que se punha em 1670, quando se encontravam em Pequim, era a melhor forma de agir para os interesses de Macau e sobre isto os elementos da embaixada não chegavam a um acordo, agudizando de forma irreversível os desentendimentos que já existiam desde a estada em Cantão. A situação veio a estalar publicamente em Macau, depois do regresso do séquito diplomático.

Mas quem era Bento Pereira de Faria que até 1678 esteve sob as luzes da ribalta em Macau e que protagonizou um dos maiores conflitos entre a cidade e o poderosa Companhia de Jesus? Provavelmente nasceu na zona de Guimarães⁴⁶, na primeira metade do século XVII, sendo filho de Jerónima Pereira de Faria e António Lobo Paiva⁴⁷, da família dos Pereira de Faria dessa cidade nortenha. Com efeito, existia um ramo genealógico desses nobres no Norte do país, mais concretamente naquela cidade. Contudo, por falta de documentação, não é possível estabelecer com rigor a sua origem geográfica e social, restando apenas a possibilidade de tentar ligar fios que possam conduzir a uma pista pertinente.

Faria aparece referenciado pela primeira vez na história de Macau, como vereador do Leal Senado, numa carta datada de 17 de Dezembro de 1664⁴⁸, mostrando estar empenhado na luta pela sobrevivência da cidade. Entre 1665 e 1671 as fontes documentais daquela instituição apresentam um hiato quanto aos acontecimentos em Macau, circunstância que pode justificar a não existência de documentos assinados por Bento de Faria. O homem pertencia à elite macaense, pois para desempenhar o cargo de oficial, vereador, juiz ou outro no Leal Senado era necessário ter mais de vinte e cinco anos, não ser criminoso, não ser filho ilegítimo, terem os seus pais ou avós servido a autarquia e, por último, ser pessoa de qualidade para o cargo⁴⁹.

A reparação fez-se em 1668, como elemento influente da Câmara, na embaixada de Saldanha. É possível que entre as duas datas tenha sido um dos juízes ordinários da cidade, eleitos localmente com o objectivo de julgarem casos de crimes menores⁵⁰. No evento acima referido, Bento Pereira de Faria participou na qualidade de secretário de Saldanha e como homem de confiança do Senado para vigiar a defesa dos interesses da comunidade macaense durante essa missão diplomática,

mostrando assim que a edilidade mantinha uma certa reserva sobre as orientações emanadas de Goa.

A carta de posse do cargo foi escrita em 2 de Outubro de 1667, assinada por Saldanha, destacando-se o seguinte:

Primeiro, Bento Pereira de Faria era fidalgo da Casa Real. Segundo, os direitos do cargo de secretário não aparecem especificados. Terceiro, a expressão “ser o único sujeito desta cidade” significa que Faria era um dos moradores de Macau.

Analisando as diversas cartas que passaram pelas suas mãos, descobre-se que, essencialmente, era um administrativo, ideia corroborada, por um lado, pela documentação escrita pelo Pe. Pimentel que quando teve lugar o desejo de entrega do memorial, Bento Pereira de Faria teria respondido “... que seria bom Theologo na companhia, mas papelista cá fora ninguem o via melhor q elle, q sabia muito bem onde punha os pes, e q de tudo daria conta a seu tempo”⁵¹. Por outro lado, quando em 1678 se realiza a missão diplomática a Pequim, o seu nome não consta da lista dos moradores da cidade que contribuíram com donativos para a sua realização. A circunstância leva, de facto, a crer que não seria comerciante, mas alguém ligado à edilidade sem grande poder económico, que um acaso fortuito do destino fez saltar para a ribalta em defesa da comunidade lusa de Macau.

As cartas assinadas pelo embaixador e escritas pelo seu secretário, durante toda a estada em Macau e Cantão formam hoje um conjunto de 58⁵². Neste número estão apenas contabilizadas as missivas escritas por Faria na sua qualidade de secretário, pois as cartas de natureza pessoal, como para os padres Manuel dos Reis e Luís da Gama, parecem ter sido redigidas pelo punho do próprio embaixador. As mesmas dão informações muito interessantes sobre a situação económica da cidade, mas igualmente sobre o tipo de relações estabelecidas entre os elementos da comunidade. Embora o objectivo de redefinir novas estratégias para fazer face às situações emergentes fosse comum, a forma de as executar já não tinha o consenso geral. Nesse campo, os agentes humanos já eram permeáveis aos interesses de cada grupo social, criando desentendimentos e conflitos no tecido urbano.

O antagonismo, latente desde Cantão, teve consequências em Macau após a chegada da embaixada. Ali, apoiado pela edilidade e pelo capitão-geral, faria

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I



Mapa da província de Guangdong. Martini Martini, *Novus Atlas Sinensis*, 1655.

circular um “Libello” contra a actuação dos jesuítas durante o processo da embaixada. A este protesto os jesuítas responderam com uma “Réplica”⁵³ de 86 páginas, onde denunciavam Faria como mentiroso e oportunista, propondo a sua excomunhão. A polémica teve o seu epílogo com a retratação de Faria em carta dirigida ao padre superior da Companhia de Jesus com data de Dezembro de 1680⁵⁴.

Em meados de 1671, em pleno conflito, partiu para Goa a fim de entregar ao vice-rei a carta imperial e os presentes oferecidos ao monarca português por Kangxi. Numa missiva⁵⁵ de 27 de Abril de 1672, passada pelo vice-rei Luís de Mendonça Furtado de Albuquerque, Bento Pereira de Faria, Jerónimo de Abreu Lima e Pero

Rodrigues foram nomeados para fazerem parte de uma junta que fiscalizava e dispunha das viagens para Timor, Manila e outros lugares visitados pelos comerciantes de Macau. A atitude demonstrava confiança naquelas três pessoas, especialmente no vereador que, apesar de estar em conflito com o poder religioso, não tinha perdido a influência política. Nessa missiva o vice-rei dizia ainda que os enviados lhe tinham solicitado um leão para ser oferecido ao imperador chinês através de uma nova embaixada. A escolha insólita deveu-se a informações passadas pelos jesuítas quando o séquito de Saldanha se encontrava em Pequim, cimentadas pelo espírito observador de Faria. O imperador tinha apetência pelo invulgar, sendo um homem de espírito aberto a novos

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

conhecimentos. Tal facto foi muito bem aproveitado pela elite de Macau.

O novo projecto nasceu em Macau, foi levado a cabo pela sua elite, embora o monarca português posteriormente dele tivesse tido conhecimento. Antes de mais, pretendia-se a entrega do célebre memorial que já tanto tinha dado que fazer e falar. O conteúdo do mesmo tinha sido reforçado dizendo respeito a quatro grandes pedidos, sendo o primeiro relativo à abertura do comércio para "... que esses moradores pudessem mandar os seus navios as terras onde donde nascerão e tinhão parentes a buscar alguns meios e remedios para se sustentar, hindo e vindo livremente sem pagar as mediçoens, nem outra imposição alguma..."⁵⁶

Segundo este documento, os portugueses queriam, para além da liberdade de comércio, a isenção de impostos sobre os navios. Outro aspecto solicitado era a concessão de privilégios a uma terra onde estava enterrado o embaixador Manuel de Saldanha, que tinha sido nomeado mandarim pelo imperador⁵⁷. Igualmente solicitavam a liberdade para os moradores irem a Pequim sempre que julgassem necessário, independentemente de Cantão, assim como ir a esta última cidade negociar, visto ser este o único meio de subsistência de Macau.

O animal seria o agrado que lisonjearia o imperador de forma a repensar na abertura do comércio, que já estava a ser solicitada pelas autoridades mandarínicas do Sul⁵⁸.

Entre a embaixada de Saldanha e a missão diplomática de Faria, a sobrevivência da cidade continuou periclitante, agravada pela "Rebelião dos Três Feudatários" que perturbou todo o Sul da China. Uma carta bastante elucidativa dessa situação foi escrita pela edilidade para o príncipe D. Pedro, na qual se refere que o recém-nomeado capitão-geral, António Barbosa Lobo, não deveria ser pago através de percentagem obtida pelo comércio dos navios. A cidade encontrava-se num estado miserável e consideravam ser impossível a efectivação desse pagamento. Segundo os mesmos, estavam muito endividados com a realização da embaixada de Saldanha e precisavam urgentemente de ajuda, pois, com a ameaça feita pelos holandeses, Portugal corria o risco de perder Macau.

As viagens faziam-se com muita dificuldade e a sua rentabilidade era fraca. No entanto, houve sempre

a tentativa de recuperar esse comércio, anteriormente tão rico. Os melhores exemplos foram as tentativas do Japão em 1685⁵⁹ e quando, em 1689⁶⁰, tentaram o reatamento com a Cochinchina através do navio *Santo António* de João Garcia de Luares. Este tinha sido lucrativo, mas encontrava-se suspenso havia muitos anos.

A missão diplomática de Faria não teve percalços em território chinês, tendo o presente sido amplamente apreciado e divulgado na corte chinesa. Mais uma vez, os missionários em Pequim esforçaram-se para colaborar na pretensão da comunidade de Macau. O jesuíta Luís Buglio publicou um panfleto dando a conhecer as propriedades medicinais dos diversos órgãos do animal, salientando o valor do mesmo⁶¹. A *Explicação sobre Leões*⁶², escrita em Agosto de 1678, apoiava-se em escritos de autores europeus de ciências naturais. Com efeito, o presente, nunca dantes visto, teve grande apreço na grande cidade chinesa, causando impacto na documentação histórica, na literatura e poesia chinesas, com o aparecimento de poemas escritos por Wang Hongxu, Li Chengzhong e Mao Qiling⁶³. Fontes chinesas, citadas por Wills⁶⁴, referem que o leão foi alvo de um funeral especial, sem que partes do seu corpo tivessem sido aproveitadas para os fins atrás citados. O leão morreu em Pequim e o imperador mandou-o enterrar, sem querer verificar a autenticidade das afirmações do missionário⁶⁵.

Após o regresso e lida a carta imperial em sessão da Câmara, o desânimo foi grande quando verificaram que na missiva não havia referências à suspensão da proibição. Mas, em inícios de 1679, o jesuíta Ferdinand Verbiest mandou a notícia da reabertura do comércio com a China. A comunidade macaense suspirou de alívio, mas a chapa imperial só chegou a Cantão em Outubro de 1680. De Goa também chegou a ordem do vice-rei para serem novamente realizadas as viagens para Timor e Manila, que tinham sido suspensas, dado o número de navios perdidos. Destas viagens, o vice-rei autorizava que fossem retirados até 17% da carga dos navios para bem da comunidade e da cidade.

Perante as tentativas, espontâneas ou planificadas, da comunidade mercantil de Macau para reordenar a sua situação, muito comprometida pelos acontecimentos históricos que iam tendo lugar dentro da China, o vice-reinado de Goa não só evidenciava grande distanciamento sobre os problemas da

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

comunidade lusa em Macau, motivado pelo afastamento geográfico que dificultava a comunicação célere entre as duas localidades, como também mostrava falta compreensão sobre a real dimensão da situação e a forma de actuação dos membros da elite macaense. Para Goa, a comunidade em geral e a vereação em particular demonstravam muita subserviência em relação ao mandarinato. As tomadas de força, por vezes aconselhadas, mostravam o quanto distante se encontravam da cultura e poder militar sínico.

Assim, na embaixada de Saldanha, Goa não financiou a expedição, enviou como embaixador um homem que fora condenado ao degredo, por incompetência ou simplesmente infortúnio da vida e só respondeu ao apelo para a sua realização anos depois. A atitude era perfeitamente demonstrativa da falta de cordialidade e coordenação entre o poder central e o poder local, representado pela edilidade⁶⁶. Contudo, a falta de entendimento também pode ser explicada pela autonomia governativa de que Macau gozava na prática, cimentada por uma existência de muitos anos, nas mãos de um grupo lutador e ambicioso, maioritariamente mestiço, que se assumia como português, assim como pelo progressivo decréscimo da importância económica da cidade depois de 1640. Pouco rentável, esta comunidade do Extremo Oriente tornava-se objecto de uma quase indiferença para a Coroa. Se desaparecesse pouco iria importar, já que se estava a revelar impossível a sua recuperação em termos económicos.

O próprio Saldanha, por outro lado, viu na embaixada uma oportunidade para se reabilitar perante a Coroa. De degredado a embaixador o salto era significativo e esta era uma oportunidade única para recuperar prestígio junto das entidades portuguesas e do próprio rei. Ao longo dos dois anos e meio, o homem expressou-se e actuou sempre como um enviado de Portugal, sem demonstrar grande interesse pelo principal propósito do evento diplomático, o qual, a certa altura, parece ficar diluído nos acontecimentos. O que interessava era ir até Pequim, representar o rei português, D. Afonso VI, e granjear uma boa imagem para Portugal e também para si mesmo. Este ponto de vista, defendido por Saldanha e, de certa forma, caminhando ao encontro do desejado pelos jesuítas, entrava em choque com os interesses da elite macaense. Esta lutava pela sua sobrevivência, que era a

sobrevivência da própria cidade, e para tal não se pouparam a esforços nem a despesas, num empenho que ocupa toda a segunda metade do século XVII, como se pode comprovar pela documentação existente do Leal Senado.

Dentro do séquito diplomático, enquanto o embaixador, o padre Francisco Pimentel e possivelmente André Coelho Vieira⁶⁷ seguiram uma determinada opção nos acontecimentos que se sucediam, Bento Pereira de Faria, como homem de Macau, preocupado com o futuro e representando os interesses de um vasto grupo social na conservação e continuação da cidade, não conseguiu aceitar desde Cantão o comportamento nem a atitude política do embaixador, com ele se incompatibilizando. Com efeito, o comportamento de Saldanha não só ignoraria o principal objectivo da embaixada e, por consequência, os interesses da cidade como iria dar uma excelente imagem de Portugal, quando a Coroa estava pouco interessada nas dificuldades dos seus súbditos destas terras tão longínquas, sempre que não se tratava de pedir benesses de natureza material.

O papel mais difícil da contenda interna desta embaixada coube aos jesuítas, por três grandes motivos:

Primeiro, eram conhecedores da situação de Macau, assunto delicado e polémico junto dos chineses, os quais toleravam a presença dos portugueses nesta zona do Império devido ao negócio que aqui se fazia e que redundava em benefícios para a China, mas não os aceitavam em virtude de serem estrangeiros com uma cultura diferente e logo, imprevisíveis. A presença portuguesa era encarada mais como um mal necessário que tinha de ser objecto de controlo e alvo de atenção constante. Desde o início do estabelecimento nunca tinha sido pacífica a autorização para essa presença entre o mandarinato. Enquanto que para uns, tal era desejável por causa do lucro que as províncias de Guangdong e Guangxi auferiam, outros, mais preocupados com a ordem tradicional e segurança, chamavam a atenção para o aumento de banditismo que se vinha a verificar junto do estabelecimento português, praticado pelos próprios chineses, nomeadamente, rapto de pessoas para serem vendidos aos portugueses e contrabando generalizado⁶⁸. E, ainda, na primeira metade do século, Macau tinha auxiliado com armas, canhões e soldados a dinastia Ming a combater a dinastia agora reinante.

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

Segundo, a Companhia de Jesus tinha lutado arduamente para conseguir entrar na China e particularmente para se instalar, onde gozavam da confiança do imperador. Defender ostensivamente Macau poderia levar à perda de todo o trabalho realizado com grande esforço num império de convicções tão antigas como fortes.

Terceiro, conheciam bem os acontecimentos passados com os holandeses, os quais, por falta de frontalidade em abordar o objectivo pretendido, o comércio, acabaram por ser expulsos da China.

*Entre a embaixada
de Saldanha e a missão
diplomática de Faria,
a sobrevivência da cidade
continuou periclitante,
agravada pela
“Rebelião dos Três Feudatários”
que perturbou
todo o Sul da China.*

Os jesuítas, em consequência de tudo isto, tinham de adoptar uma posição muito cautelosa, para não porem em causa o estatuto já alcançado e também para evitarem prejudicar a comunidade macaense.

Aparentemente o que esteve presente, entre os membros da embaixada de Manuel Saldanha, foi um conflito simultaneamente económico e diplomático, aspectos que se confundiram no início de todo o processo. No entanto, face aos acontecimentos ocorridos em Cantão e até, de certa forma, em Macau antes da partida, as duas análises foram gradualmente divergindo. Os propósitos iniciais foram ultrapassados através das concessões feitas pelos portugueses de forma a adaptarem-se às novas situações. E quando os quiseram repor já era tarde demais, pois corria-se o risco de perder tudo com graves consequências para Macau.

A embaixada representou condignamente Portugal no aspecto diplomático, servindo para

estabelecer relações ao mais alto nível, possibilitando que Macau fosse referido junto do imperador e tornando viável uma maior penetração do cristianismo na China.

Mas no que toca aos verdadeiros objectivos para a qual foi solicitada a sua constituição, traduziu-se num verdadeiro fracasso. A cidade de Macau continuou com as Portas do Cerco encerradas e com a população sujeita à miséria e a autorização para a reabertura do comércio marítimo, principal actividade da comunidade, continuou a não existir. A situação foi substancialmente agravada pela dívida contraída junto do rei do Sião, dívida que se iria arrastar ao longo de muitos anos e que apenas viria a ser saldada com muito esforço e sacrifício da parte dos habitantes da cidade, sem qualquer ajuda ou intervenção das autoridades portuguesas, quer de Goa, quer de Portugal. Em jogo estiveram diferentes interesses defendidos pelos grupos envolvidos, que protegiam os seus objectivos segundo as suas conveniências. Toda a situação foi, de facto, muito difícil e daí o seu resultado.

Os poucos testemunhos sobre a missão diplomática de 1678 levaram a uma série de especulações por parte dos historiadores sobre aspectos de natureza legal: foi ou não legítima? D. Pedro teria tido conhecimento prévio da realização da mesma? A carta real portuguesa foi redigida em Lisboa, em Goa ou em Macau? Todas estas dúvidas têm pertinência. Com efeito, existe uma carta do vice-rei da Índia dirigida ao príncipe D. Pedro com informações sobre a pretensão da comunidade macaense de realizar uma nova embaixada. No entanto, na documentação existente nos Arquivos em Lisboa não se encontram referências a este acto diplomático. Na obra *Ásia Sínica e Japónica* existe a transcrição da carta que o príncipe regente escreveu, em nome do seu irmão, D. Afonso, para o imperador da China, datada de 7 de Março de 1674.

A carta suscita dúvidas quanto à autenticidade⁶⁹. Parece legítimo concluir que o rei português (no presente caso, o príncipe regente) teve conhecimento da pretensão dos moradores de Macau, pois o vice-rei da Índia escreveu para a edilidade em 4 de Maio de 1679, dizendo, explicitamente, que tinha conhecimento da carta escrita em Macau para o imperador em nome do monarca português⁷⁰. No entanto, torna-se estranho que a documentação da embaixada de Bento Pereira de Faria seja tão reduzida.

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

A referida missão ficou bastante aquém das despesas efectuadas com a embaixada de Saldanha. A população foi convidada pelo Leal Senado a colaborar com donativos e, para além dos empréstimos, a edibilidade tomou a quantia de 698 pardaus e 58 avos do rendimento da nau do Sião e que se destinavam ao pagamento da dívida contraída junto daquele reino. Conseguiram juntar 4089,95 pardaus, mas aparentemente apenas alguns elementos receberam parte do empréstimo efectuado⁷¹. Segundo um documento do Leal Senado, apenas foram devolvidos a estes moradores 532 040 taéis, o equivalente aproximado a 689 pardaus⁷². A solicitação e o amplo apoio ao projecto mostram a importância do mesmo para a comunidade macaense.

A última referência a Bento Pereira de Faria é numa carta datada de 30 de Abril de 1685, resposta enviada pelo vice-rei de Goa a uma outra do vereador do ano anterior. O documento, que se encontra em muito mau estado, faz referência a queixas que parecem ter sido formuladas na carta de Faria e, caso interessante, nega a autorização que Faria teria solicitado para ir viver para S. Tomé de Meliapor,

justificando ser um homem importante para Macau, não só pelo seu desempenho na missão diplomática de 1680 como também na época a que se reporta a carta. É possível que tenha morrido, pois das numerosas actas de reuniões do Leal Senado, reuniões alargadas aos homens-bons da comunidade, onde constam os nomes dos participantes e membros activos desta comunidade, não figura o dele, aparecendo, no entanto, alguns dos moradores contemporâneos de Faria.

Bento Pereira de Faria conseguiu ser um dos “embaixadores” com maior credibilidade junto do imperador chinês, simplesmente por causa de um leão. O animal não só exerceu grande fascínio em Pequim, como continua até hoje a exercer o mesmo poder de sedução em Macau, através da dança do leão destinada a dar sorte aos empreendimentos que se pretendem realizar. As relações entre o leão de Faria e a dança atrás referida perdem-se no tempo, subsistindo, contudo, o factor sorte nas duas: enquanto que o leão de Faria alimentou a crença na sorte da reabertura do comércio, a dança do leão traz a crença da sorte no futuro para tudo aquilo que é empreendido. **RC**

NOTAS

- 1 Immanuel Hsu, *The Rise of Modern China*, p. 19.
- 2 Chongzhen foi o último imperador directo da dinastia Ming, tendo subido ao trono em 1627. C. R. Boxer, *A Cidade de Macau e a Queda da Dinastia Ming (1644-1652)*, p. 8.
- 3 Este general, partidário da dinastia Ming, vai reconhecer como legítimo, o novo imperador Qing. Conquistou muitas províncias para a nova força reinante, chegando até à fronteira da Birmânia. Fez a sua residência na província de Yunnan, onde reinou como vice-rei semi-independente até 1674. Nessa data revoltou-se contra os tártaros (Revolta dos Três Feudatários), vindo a morrer em 1678. In C. R. Boxer, *A Cidade de Macau...*, p. 8.
- 4 Li tinha capturado o pai do general, a fim de exigir a sua rendição. In Donald Lach & Edwin Van Kley, *Asia in the Making of Europe - A Century of Advance*, vol. III, p. 1665.
- 5 Immanuel Hsu, *The Rise of Modern China*, p. 25.
- 6 Ambos terminaram derrotados pelos exércitos Qing.
- 7 Immanuel Hsu, *The Rise of Modern China*, p. 27.
- 8 C. R. Boxer, *A Cidade de Macau...*, pp. 3 e *passim*.
- 9 Beatriz Basto Silva, *Cronologia da História de Macau, Séculos XVI-XVII*, pp. 87 e 127.
- 10 Em 1652, o jesuíta polaco Michael Boym chegou a Veneza com um apelo desta imperatriz Ming para a luta contra os manchus. Em escritos seus, Boym assume a ideia que Yongli era imperador da China e perpetuaria a descendência Ming. In Donald Lach & Edwin Van Kley, *Asia in the Making of Europe...*, p. 1664.
- 11 Fok Kai Cheong, *Estudos sobre a Instalação dos Portugueses em Macau*, p. 106.
- 12 Estes acontecimentos foram descritos de forma fascinante nas cartas anuais jesuítas de 1673 e 1674. Cf. BA, Coleção *Jesuítas na Ásia*, cota 49-V-16.
- 13 C. R. Boxer, *A Cidade de Macau...*, p. 21.
- 14 C. R. Boxer, *A Cidade de Macau...*, p. 5.
- 15 Corruptela de Guo Xingye (Senhor de Nome da Família Imperial), nome pelo qual era conhecido Zheng Chenggong. In Immanuel Hsu, *The Rise of Modern China...*, p. 27.
- 16 Fei Cheng Kang, *Macao 400 Years*, Xangai, The Publishing House of Shanghai Academy of Social Sciences, p. 49.
- 17 Immanuel Hsu, *The Rise of Modern China*, p. 27.
- 18 Lo-Shu-Fu, “The two Portuguese embassies to China during the K’ang-Hsi period”, *T’oung-Pao*, Série II, n.º 43, 1955, p. 86. Situam-se na província de Fujian, em frente à ilha Formosa.
- 19 Immanuel Hsu, *The Rise of Modern China*, p. 27.
- 20 Sanjay Subrahmanyam, *Império Asiático Português, 1500-1700, Uma História Política e Económica*, p. 294.
- 21 Immanuel Hsu, *The Rise of Modern China*, p. 28.
- 22 Na realidade, os quatro governantes que dirigiam a China, visto o imperador Kangxi ser de menoridade.
- 23 General que tinha desertado das forças de Coxinga para se tornar leal ao imperador Qing. In C. R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*, p. 45.
- 24 Francisco Pimentel, *Breve Relação da Jornada que fez a Corte de Pekim o Senhor Manoel de Saldanha, Embaixador Extraordinário del Rey de Portugal ao Emperador de China, e Tartaria (1667-1670)*, p. 12.

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

- 25 Donald Lach e Edwin Van Kley, *Asia in the Making of Europe*, p. 1698.
- 26 Fok Kai Cheong, *Estudos Sobre a Instalação...*, p. 108.
- 27 Esta referência tinha a sua razão de ser, porque os portugueses foram os primeiros navegadores a contactar com a China e a impressão causada junto da comunidade chinesa foi péssima, pois ficou registada uma imagem grotesca de gente com hábitos canibalescos e pouco ordeira, que raptava mulheres e crianças, não respeitando as leis chinesas. As piores críticas vieram dos censores, pessoas relacionadas com assuntos da corte e distantes dos problemas locais. O memorial de Pang Shangpeng de 1564 foi o primeiro documento a abordar a presença de estrangeiros em Macau. In Fok Kai Cheong, *Estudos sobre a Instalação...*, p. 64.
- O rapto de mulheres e crianças tinha sido proibido pelo vice-rei por decreto de 1595, mas a prática tinha-se mantido em épocas posteriores. In Geoffrey C. Gunn, *Macau 1575-1999, An Economic and Political History*, Nagasáqui, Univ. de Nagasáqui, 1995, p. 44.
- 28 Fok Kai Cheong, *Estudos sobre a Instalação...*, p. 67.
- 29 Memorial já atrás referido.
- 30 Coxinga morreu subitamente a 23 de Junho de 1662, sendo herdeiro do seu movimento rebelde o filho Zheng Ching. Contudo, o espírito de revolta tinha mudado e existiam focos de conflito entre os membros do movimento dissidente. In Arthur W. Hummel, *Eminent Chinese of the Ch'ing Period*, vol. I, p. 111.
- Só em 1683, quando as forças Qing conquistam a Formosa, é que o imperador Kangxi se tornou senhor absoluto da China.
- 31 O ataque massivo dos holandeses ao império colonial português foi motivado pela união das coroas portuguesa e espanhola na figura de Filipe II de Espanha, sendo interessante verificar que esta luta entre os países ibéricos e a Holanda se estendeu à escala mundial, dado que Portugal detinha colónias, feitorias e zonas de comércio em quatro continentes. Boxer, na sua obra *O Império Marítimo Português, 1415-1825*, identifica este conflito como tendo sido uma I Guerra Mundial, p. 115.
- 32 José de Jesus Maria, *Ásia Sínica e Japónica*, ed. de C. R. Boxer, vol. II, p. 67.
- 33 Com a perda do comércio com o Japão em 1640 e a tomada de Malaca pelos holandeses, a cidade enfrentou uma nova situação económica e social que se agravou em 1662 com o decreto imperial.
- 34 AHM (Arquivo Histórico de Macau), Mic. C0627, doc. 11 (o documento original no HAG). Bento Pereira de Faria foi um dos vereadores que assinou esta missiva.
- 35 AHM, Mic. C0627, doc. 12 (o documento encontra-se no HAG).
- 36 Este padre substituiu com o título de vice-provincial o Pe. Pero Jusarte em 27 de Agosto de 1667, em virtude deste se encontrar ausente na Europa. A substituição foi determinada pelo Pe. Luís da Gama. Em 1683 André Gomes tornou a ser nomeado para o mesmo cargo, mas já tinha falecido.
- 37 Macau custeou esta viagem, chegando a ter que fretar uma caravela tanto para a ida para Goa, como para a vinda para Macau, já na companhia de Manuel de Saldanha. As listas detalhadas das despesas efectuadas com estas viagens, bem como com as despesas do embaixador e da embaixada encontram-se na obra do Pe. Pimentel. Os documentos encontram-se na BA, Coleção Jesuítas na Ásia, códice 49-IV-62.
- 38 Manuowu (Má-Nou-Mât, em cantonense, in Tcheong-U-Lâm & Ian-Kuon-Iâm, *Ou-Mun Kei-Leok*, Lisboa, Quinzena de Macau, 1979, p. 158.
- 39 Luís Gama, "Ressureição Histórica", *Tá-Ssi-Yang-Kuo*, Série I - Vol. I-II, pp. 31-41; 113-119; 181-188; 305-310; 693-702; 747-763, pp. 33 e *passim*.
- 40 Marques Pereira, *Tá-Ssi-Yang-Kuo*, Série I - Vol. I-II, p. 40, diz que não conseguiu localizar esta enseada.
- 41 BA, Coleção Jesuítas na Ásia, "Replica Jesuíta", fl. 427, faz referência a 3 feitorias situadas em Cantão, Chíncheo e Nanquim.
- 42 Francisco Pimentel, *Breve Relação da Jornada que fez a Corte de Pekim o Senhor Manoel de Saldanha, Embaixador Extraordinario del Rey de Portugal ao Emperador de China, e Tartaria (1667-1670)*, p. 38, nota de C. R. Boxer.
- 43 *Ibidem*, p. 37, nota de C. R. Boxer.
- 44 Visitador das Províncias do Japão e da China da Companhia de Jesus.
- 45 Procurador da Província do Japão da Companhia de Jesus.
- 46 BA (Biblioteca da Ajuda, Lisboa), Coleção Jesuítas na Ásia, Mic. cód. 49-V-16, *Réplica Jesuíta*, fl. 430.
- 47 Felgueiras Gayo, Manuel José da Costa, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. V, 1989, p. 150-153. Não existe referência sobre a descendência do casal, mas no entanto o apelido é o mesmo e curiosamente o filho de Bento Pereira de Faria tinha o nome de Jerónimo.
- 48 AHM, Mic. C0628, cx. n.º 1, doc. n.º 70 (o documento original encontra-se no AHU).
- 49 AHM, Mic. 015, doc. de 28 de Outubro de 1699. Apesar do referido dizer respeito ao final do século é bem provável que tenha sido norma geral no tempo de Bento Pereira de Faria, isto é, segunda metade do século XVII.
- 50 Esta informação é sugerida pela redacção do texto da *Réplica Jesuíta*, fl. 427v.
- 51 José de Jesus Maria, *Ásia Sínica e Japónica*..., p. 29.
- 52 HAG, *Embaixada à China*, Vol. 1210, Fls. 1-51.
- 53 Anabela Nunes Monteiro, *Macau no Tempo de Bento Pereira de Faria, 2.ª metade do século XVII*, tese de Mestrado, texto policopiado, Universidade de Macau, 1998. Documentação reproduzida parcialmente no Apêndice Documental.
- 54 AHM, Mic. CO589 (o documento original está no AHNM). Aparece referenciado apenas o mês e o ano.
- 55 Manuel Teixeira, *Macau no Século XVII*, p. 115.
- 56 José de Jesus Maria, *Ásia Sínica e Japónica*..., p. 86.
- 57 Costume entre os chineses, que consistia em conceder privilégios a terras onde estivessem mandarins enterrados.
- 58 Donald Lach & Edwin Van Kley, *Asia in the Making of Europe...*, p. 1698.
- 59 Monteiro, Anabela Nunes, "A luta pela sobrevivência de Macau", *Revista Encontros*, n.º 5, Lisboa, pp. 41-50.
- 60 AHM, Mic. 0015, LR 307, doc. de 19 de Fevereiro de 1689 e doc. de 5 de Novembro de 1689.
- 61 Lo-Shu Fu, "The two Portuguese embassies"..., p. 89. AHM, Mic. C0589 (o documento original está no AHNM).
- 62 *Shizi shuo*.
- 63 John Wills, *Embassies and illusions*, Appendix C, pp. 243 e *passim*.
- 64 *Ibidem*, pp. 137 e *passim*.
- 65 *Ibidem*, p. 130.
- 66 Saliente-se o teor da carta escrita de Goa para o capitão-geral de Macau, datada de 9/5/1680. HAG, *Livros das Cartas e Ordens*, (Secretaria-Geral), vol. I (1609-1706), cód. 779, fl. 62.
- 67 A atitude deste homem nunca foi muito clara, durante esta embaixada e até em épocas posteriores.
- 68 Fok Kai Cheong, *Estudos sobre a instalação...*, pp. 19 e *passim*.
- 69 Frei José de Jesus Maria, *Ásia Sínica e Japónica*..., p. 83, dá esta carta como autêntica.
- 70 HAG, *Livro das Cartas e Ordens* (Secretaria-Geral), vol. I (1609-1706), cód. 779, fl. 37.
- 71 A devolução, na maior parte dos casos parcial, do empréstimo prolongou-se até Dezembro de 1689.
- 72 Consoante tabela de equivalência da moeda portuguesa. In George Bryan de Souza, *A Sobrevivência do Império...*, p. 319.

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA

- Biblioteca da Ajuda (BA):
 * Coleção *Jesuitas na Ásia*, cota 49-V-16.
 Arquivo Histórico de Macau (AHM):
 * Mic. C0628, cx. n.º 1.
 * Mic. 014.
 * Mic. 014, LR 307.
 * Mic. 015.
 * Mic. 015, LR 307.
 * Mic. C0568, doc. n.º 1 (o documento original encontra-se no Historical Archives of Goa, AHG)
 * Mic. C0568, doc. n.º 2 (o documento original encontra-se no AHG).
 * Mic. C0589 (o documento original está no Arquivo Histórico Nacional de Madrid, AHNM).
 * Mic. C0628, cx. n.º 1, doc. n.º 70 (o documento original encontra-se no AHU).

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

- Arquivos de Macau, *Boletim do Arquivo Histórico de Macau*, Tomo II. Macau: Direcção dos Serviços de Educação, Julho/Dezembro, 1983, p. 60.
 Gama, Luís, “Ressurreição Histórica”, *Ta-Ssi-Yang-Kuo*, Série I, Vol. I-II. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude/Fundação Macau, 1995, pp. 31-41; 113-119; 181-188; 305-310; 693-702; 747-763
 Maria, José de Jesus, *Ásia Sínica e Japónica*, ed. de C. R. Boxer, vol. II. Macau: Instituto Cultural de Macau / Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1988.
 Pimentel, Francisco, *Breve Relação da Jornada que fez a Corte de Pekim o Senhor Manoel de Saldanha, Embaixador Extraordinario del Rey de Portugal ao Emperador de China, e Tartaria (1667-1670)*, ed. de C. R. Boxer e J. M. Braga. Macau: Imprensa Nacional, 1942.

FONTES SECUNDÁRIAS

- Alves, Jorge Manuel dos Santos, “Natureza do Primeiro Ciclo de Diplomacia Luso-Chinesa (sécs. XVI-XVIII)”, in António Vasconcelos Saldanha e Jorge Manuel Santos Alves (eds.), *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês, Séculos XVI-XIX*. Macau: Livros do Oriente, 1996, pp. 179 a 218.
 ———, *Um Porto entre Dois Impérios*. Macau: Instituto Português do Oriente, 1999.
 Boxer, C. R., *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 1992.
 ———, *A Cidade de Macau e a Queda da Dinastia Ming (1644-1652)*. Macau: Tipografia do Orfanato, 1938.
 ———, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*. S-Gravenhage: Martinus Nijhoff, 1967.
 ———, *Macau na Época da Restauração*, vol. II. Lisboa: Fundação Oriente, 1993.
 Felgueiras Gayo, Manuel José da Costa, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. V, ed. de Carvalhos de Basto. Braga, 1989, pp. 150-153.
 Fok Kai Cheong, *Estudos Sobre a Instalação dos Portugueses em Macau*, Lisboa: Gradiva, 1996.
 Gunn, Geoffrey C., *Encountering Macau*, Boulder, Westview Press: 1996.
 Hummel, Arthur W., *Eminent Chinese of the Ch'ing Period*, Taipé: SMC Publishing INC, 1991.
 Hsu, Immanuel C. Y., *The Rise of Modern China*, Nova Iorque: Oxford University Press, 1995.
 Lach, Donald F. & Van Kley, Edwin J., *Asia in the Making of Europe. A Century of Advance*, vol. III, 4 t., Chicago: University of Chicago Press, 1993.
 Lima, Durval Rui Pires de, *Embaixada de Manoel de Saldanha ao Imperador K'ang-hi em 1667-70*. Lisboa: Tipografia & Papelaria Carmona, 1930.
 Ljungstedt, Anders, *An Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China and of the Roman Catholic Church and Mission in China & Description of the City of Canton, Hong-Kong*. Hong Kong: Viking Publications, 1992.
 Lo-Shu Fu, “The two Portuguese embassies to China during the K'ang-Hsi period”, *T'oung-Pao*, Série II, n.º 43, 1955, pp. 75 a 95.
 Loureiro, Rui Manuel, *Em Busca das Origens de Macau*. Macau: Museu Marítimo de Macau, 1997.
Macau entre Duas Crises (1640-1688), Lisboa, Academia Portuguesa de História, separata dos Anais, IIª Série, Vol. 24, Tomo II, 1977.
 Monteiro, Anabela Nunes, *Macau no Tempo de Bento Pereira de Faria. Século XVII*, dissertação de Mestrado, texto policopiado. Macau: Universidade de Macau, 1998.
 ———, “A luta pela sobrevivência de Macau”, *Revista Encontros*, n.º 5, 1.º Semestre de 2000, Lisboa, pp. 41-50.
 Paiva, Teresa Rebelo, “Um Leão em Pequim: Oferta Real Portuguesa”, *Macau* (Macau), IIª Série, n.º 68, Dezembro, 1997, pp. 42-52.
 Petech, Luciano, “Some remarks on the Portuguese embassies to China in the K'ang-Hsi period”, *T'oung Pao*, Série II, n.º 44, Kraus Reprint, 1956, pp. 227 a 236.
 Rêgo, António da Silva, *O Padroado Português no Oriente e a sua Historiografia (1838-1950)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1978.
 Santos, Isau, “A embaixada de Manuel de Saldanha à China em 1667-1670”, in Artur Teodoro de Matos & Luís Filipe F. R. Thomaz, *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Sudeste Asiático*, Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. Macau: s. e., 1993, pp. 405 a 436.
 Serrão, Joel, *Dicionário da História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985.
 Silva, Beatriz Basto, *Cronologia da História de Macau, Séculos XVI-XVII*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1992.
 Souza, George Bryan, *A Sobrevivência do Império: Os Portugueses na China (1630-1754)*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1991.
 Subrahmanyam, Sanjay, *O Império Asiático Português, 1500-1700, Uma História Política e Económica*. Lisboa: Difel, 1995.
 Teixeira, Manuel, *Macau Através dos Séculos*. Macau: Imprensa Nacional, 1977.
 ———, *Macau no Século XVII*, Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982.
 Thomaz, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.
 Wills, John E., *Embassies and Illusions*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1984.
 Winius, Georges, “Portugal's shadow empire in the Bay of Bengal” in *Revista de Cultura* (Macau), n.º 13-14, II Série, Janeiro/Junho, 1991.